

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE CURSO DE
PSICOLOGIA

PEDRO LUIZ PEDREIRA DE FREITAS

REDUÇÃO DE DANOS:
uma compreensão fenomenológica do cuidado para com usuários
de drogas.

SÃO PAULO
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE CURSO DE
PSICOLOGIA

PEDRO LUIZ PEDREIRA DE FREITAS

REDUÇÃO DE DANOS:
**Uma compreensão fenomenológica do cuidado para com usuários
de drogas.**

Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para graduação no curso
de Psicologia, sob orientação do Prof. Dr.
Marcelo Sodelli.

SÃO PAULO
2018

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Sodelli, por sua presença e dedicação, pois sem seu conhecimento, seu comprometimento e sua orientação este trabalho nunca chegaria ao papel.

Agradeço ao meu parecerista Prof. Dr. Marcos Colpo, que aceitou de prontidão dar seu parecer e compartilhar seus saberes sobre um assunto que abordamos de forma tão rica e competente em nossos encontros durante a graduação.

Agradeço à minha família que tornou isto possível, me garantindo todo o apoio necessário, sempre que preciso.

Agradeço aqueles que me ensinaram pelo avesso, do dentro para o fora; e me acolheram na ruptura, me permitindo contemplar o abismo deste não-lugar.

Agradeço aos meus poucos amigos que me arrancam de forma constante para um viver, me chamam para o mundo, e sustentam uma escuta das minhas palavras do espanto.

Agradeço ao Arthur que me cabe como um irmão, que me tira desse modo rígido e me lembra a todo instante sobre aquele garoto-criança que ainda habita em mim.

Agradeço, por fim, a Sabrina: minha companheira a qual dedico meu Amor; e minha melhor amiga pela qual as palavras escritas nunca darão conta de tudo o que gostaria de agradecer.

“Essa liberdade se assemelha àquela de um homem que ‘supera’ sua dor no sentido em que, longe de dela se desfazer ou esquecê-la, ele a habita”

M. Heidegger

7.07.01.01-6 - História, Teorias e Sistemas em Psicologia

Título: Redução de Danos: Uma compreensão fenomenológica do cuidado para com usuários de drogas.

Ano: 2018

Autor: Pedro Luiz Pedreira de Freitas

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Sodelli

Resumo

O uso de drogas é um fenômeno que se fez presente durante toda a história da humanidade, com seus diferentes sentidos e significados. Frente a um momento onde este fenômeno passa a ser lido como um problema de saúde pública e as drogas como uma entidade que deve ser combatida, se faz necessário uma discussão que levante formas de cuidado para com os usuários de modo a reduzir sua vulnerabilidade e os riscos aos quais estes se encontram expostos. O presente trabalho tem como objetivo, a partir de um estudo teórico, realizar uma compreensão fenomenológica sobre o fenômeno do uso de drogas e as formas de cuidado para com os usuários. De modo a resgatar esse usuário em sua singularidade e suas potências, a Redução de Danos é apresentada como um modelo de cuidado eficaz enquanto prática que se preocupa com a autonomia de cada pessoa frente sua vida, de modo a garantir a possibilidade de decisões mais próprias e autênticas sobre seu projeto de vida.

Palavras-chaves: Redução de Danos, Fenomenologia, Drogas, Cuidado método

Sumário

Introdução	6
Método	8
Capítulo 1 - Introdução à Fenomenologia Existencial de Martin Heidegger	10
Capítulo 2 - Sobre as Drogas: um contexto geral aos tempos atuais	19
Capítulo 3 - Redução de Danos: uma alternativa	27
Capítulo 4 - Fenomenologia e as Drogas: um exercício de compreensão	35
Discussão	45
Considerações Finais	51
Referências Bibliográficas	55

Introdução

Em certo momento da graduação me vi bastante interessado em uma temática que é bem pouco explorada: o uso de drogas. Com a realização dos estágios, dos trabalhos e ao longo das aulas descobri a existência de um modelo de cuidado para com os usuários pautado não em uma visão proibicionista e moralista, mas em uma visão de compreensão e acolhimento. Encantado com a nova descoberta, passei a orientar meus estudos de modo a estudar e conhecer cada vez mais sobre a prática da Redução de Danos, seus campos de atuação, a experiência dos profissionais, etc., buscando ainda dialogar com as abordagens da psicologia que havia estudado até o momento. O encontro com a Fenomenologia então descreveu e deu um formato para minha inquietação, de modo que consegui organizar e pensar minha curiosidade sobre o tema: a compreensão do sentido e significado das vivências.

Embora o uso de drogas se fez presente durante a história da humanidade, atendendo aos mais variados significados e sentidos, atualmente o fenômeno é lido e entendido como uma questão de saúde pública; e uma vez sendo uma questão da população, medidas e políticas são adotadas para tentar conter ou resolver os danos produzidos.

Quais formas de cuidado são adotadas? Quais suas consequências? Quais suas alternativas? Qual sua eficácia? O modelo vigente atualmente é regido por uma lógica proibicionista, o modelo da “Guerra às Drogas”, e não é difícil se deparar não somente com seu fracasso nos objetivos principais de cuidado, mas também com suas consequências. Será mesmo o caminho manter as pessoas longe das drogas, e extinguir de uma vez por todas a possibilidade de qualquer uso de drogas? Seria a abstinência a única alternativa possível para evitar os danos produzidos por estas substâncias?

Quando se pensa em forma de cuidado e promoção de saúde, muitas vezes acaba-se no paradigma de entender o processo como erradicação da

doença, uma prática comprometida em devolver a pessoa ao seu estado anterior à “compulsão”, mas seria este o caminho? Retornar e devolver ao contexto e às relações que produziram seu adoecimento, com os mesmos significados e sentidos? Aos cuidados cabe romper com a lógica do reabilitar e incluir, curar e retornar, e estabelecer um espaço que torne possível uma resignificação da condição vivida, oferecendo a possibilidade de sair dos impasses repetitivos, não apenas resgatando uma condição anterior, mas promovendo cuidado no sentido em apresentar um horizonte de novas possibilidades de um existir, mais próprio e livre.

Partindo desta compreensão e orientado por um pensamento fenomenológico existencial, o presente trabalho busca levantar os principais pontos a serem discutidos sobre os cuidados direcionados aos usuários de substâncias psicoativas de modo não somente de garantir sua abstinência, mas de reduzir os danos aos quais estes se encontram expostos, reduzir sua vulnerabilidade, e construir um projeto de vida pelo qual a existência faça sentido de ser vivida.

Método

O presente trabalho é do campo teórico, no qual foi realizado um estudo sistemático da obra “*Ser e Tempo*” de Martin Heidegger e autores considerados referência no entendimento do pensamento heideggeriano como Casanova e Giacoia.

O estudo serviu para uma compreensão da concepção de Homem na fenomenologia existencial heideggeriana, permitindo uma aproximação com o conceito de ser-aí (*Dasein*), para então embasar uma discussão sobre o fenômeno do uso de substâncias psicoativas.

O trabalho se estruturou então de forma a dialogar seus dois eixos principais, o *Dasein* e o uso de drogas, de modo a analisar e problematizar sua relação e as formas de cuidado para com os usuários em relações de uso abusivo/nocivo.

Em um primeiro momento foi realizada uma leitura da obra e um fichamento dos principais pontos que sustentariam a discussão. Em um segundo momento, buscou-se na literatura especializada, artigos e livros, contribuições que serviram como apoio na construção do trabalho e no desenvolvimento do estudo, de modo a desenvolver uma compreensão fenomenológica sobre o fenômeno.

Sendo a Introdução dedicada a contemplar a problemática do uso de drogas e como esta vem sendo discutida, o Capítulo 1 se propõe a apresentar os principais pontos da fenomenologia existencial desenvolvida no pensamento de Heidegger. O Capítulo 2 traz um levantamento da presença do uso de drogas durante os diferentes períodos da História e a forma pela qual se trabalha a questão nos dias atuais; e o Capítulo 3 expõe então o que é a Redução de Danos e como esta prática acontece.

No Capítulo 4 é apresentado um exercício da compreensão fenomenológica sobre o uso de drogas, de forma a se aproximar do fenômeno a partir desta concepção.

Na Discussão se realiza uma articulação entre os principais pontos abordados nos capítulos, de modo a pensar uma prática de Redução de Danos fundamentada por uma compreensão fenomenológica. E por fim, nas Considerações Finais, foi feita uma breve conclusão sobre o todo que foi apresentado pelo trabalho, apresentando também suas limitações e sugestões para futuras pesquisas que se sensibilizem com a temática do uso de drogas e suas formas de cuidado.

Capítulo 1 - Introdução à Fenomenologia Existencial

De modo a fundamentar os pontos que serão expostos neste trabalho, este capítulo traz uma breve apresentação sobre a Fenomenologia Existencial desenvolvida por Martin Heidegger, principalmente a acerca de sua concepção de Homem, em sua obra *Ser e Tempo* (1927).

Em um contexto de crise das ciências do século XX, Heidegger, por meio de uma das expressões mais radicais da filosofia moderna, propõe um questionamento sobre um dos termos tão presentes e familiares, tanto para a ciência quanto para a filosofia, mas que tão pouco se aparenta saber sobre: o Ser.

Ser e Tempo inicia-se, em outras palavras, com a constatação de que o problema central de toda ontologia, o significado daquilo que é, do ser, do ser do ente, não foi resolvido no interior da histórias da ontologia. O mundo grego, ainda que tenha se empenhado enormemente na resolução desse problema, permanece em última instância preso a uma insuficiência fundamental (CASANOVA, 2009, p.76).

O projeto de *Ser e Tempo* (1927) surge então de uma necessidade ao retorno do questionamento do ser, uma vez evidente que tão pouco trabalhou-se tal questão. De forma a ilustrar impecavelmente sua inquietação sobre o sentido do Ser, Heidegger traz uma citação de Os Sofistas de Platão logo na epígrafe de seu livro.

Uma vez, pois, que nos encontramos em dificuldade, caberá a vós explicar-nos o que entendeis por este vocábulo 'ser'. Evidentemente essas coisas vos são, de há muito, familiares. Nós mesmos, até aqui, acreditamos compreendê-las, e agora nos sentimos perplexos (PLATÃO, 244a., p.163 apud. GIACOIA, 2013, p.51).

Influenciado pelos pensamentos da fenomenologia de Edmund Husserl (retornar às coisas mesmas), Heidegger orienta seu estudo por um movimento de retorno ao Ser, um pensamento rigoroso que busca entender o sentido do Ser em

suas estruturas ontológicas. Ontologia diz respeito a uma disciplina filosófica que, segundo Giacoia (2013), busca estudar não os entes, mas o ser dos entes.

“Ente” refere-se ao termo grego *onta*, que designa entidades, aquilo que é ou que existe e neste sentido, ontologia é a metodologia que busca a essência do Ser.

Ontologia Fundamental nomeia a principal característica de Ser e Tempo: é a tentativa de desconstrução da metafísica e de elaboração da analítica da finitude, tendo como ponto de partida uma fenomenologia hermenêutica das estruturas fundamentais do ser-o-aí (GIACOIA 2013, p.51).

Casanova (2009) completa então que o projeto *Ser e Tempo* caminha a realizar fundamentalmente uma única tarefa: pensar as condições de possibilidade de toda e qualquer ontologia, de todo e qualquer questionamento acerca do ser do ente.

Para um entendimento do pensamento que Heidegger propõe, é necessário separar as concepções de Ôntico e Ontológico, entendendo as características e peculiaridades de cada plano, assim como eles se relacionam. Houve uma falta de questionamento acerca do sentido do Ser que talvez se justifique pela falta de esforço na diferenciação entre os entes e o ser dos entes, a distinção entre Ôntico e Ontológico: no léxico de Ser e Tempo, a diferenciação conceitual entre *Existenzial* (existencial-ôntico) e *Existenzial* (existencial-ontológico).

O plano Ôntico é o predicado dos entes e limitado aos entes. É o plano abordado pelas ciências positivistas em busca das coisas e suas essências. Um plano sensível (apreendido pelos sentidos) que busca explicar o fundamento originário das coisas que as constituem enquanto elas. É o domínio dos *entes intramundano*, do existir pela presença, diz respeito aos animais, as plantas, os minerais, os números, os seres fictícios e também aos Homens.

Giacoia (2013) afirma que as ciências ocupam-se dos entes em seu plano ôntico, construídas em juízos universais e sua necessidade objetiva, dedicando-se ao ente em sua totalidade e não em seu sentido de ser. Há um pressuposto da essência como algo presente no ente que sempre o torna aquilo que ele é. Uma

compreensão ideal e não singular do ente, de modo a mensurar, experimentar e quantificar.

Heidegger realiza um estudo voltado à Ontologia, não pelos entes, mas pelo sentido do ser dos entes em um mundo atravessado por uma temporalidade. Discute-se então a diferença entre ente enquanto aquele que fixo sempre é, e ser do ente como aquele que está sendo, enquanto acontecimento. O plano Ontológico remete ao plano do Ser, transcendendo o plano relativo aos entes, não dizendo respeito às características dos entes ou à sua essência, mas ao que antecede e fundamenta o plano Ôntico, abrindo um campo de questionamento sobre as próprias modalidades de ser dos entes.

Logo, um estudo ontológico “não diz respeito às características particulares dos entes existentes ou possíveis, mas designa o fundamento originário que os torna o que eles essencialmente são, ou seja, o que os constitui em seu ser próprio” (GIACOIA, 2013, p.58).

A Fenomenologia descreve então um Homem diferente das ciências positivistas, um ser humano que não se manifesta no mundo da mesma forma que os outros entes da dimensão ôntica, como objetos e outros seres vivos. Como enfatiza Sodelli (2016), uma das maiores contribuições do pensamento fenomenológico é que não podemos estudar e compreender o Homem da mesma forma como fazemos com outros animais e objetos uma vez que ele não se manifesta no mundo da mesma forma: a fenomenologia enquanto campo de conhecimento se ocupa pela experiência de ser Homem, uma experiência fundamentada na existência, no ser.

O ser humano, entendido como ser-aí (*Dasein*), deve ser descrito em suas estruturas ontológicas, mantendo uma relação essencial com o Ser. Sua essência é o existir, é o sustentar-se na abertura de modo a acolher tudo aquilo que o toca, é estar lançado no projeto de vir-a-ser. Giacoia (2013) explica que *Dasein* é uma palavra composta pelo verbo "ser" (*ein*) e pelo advérbio "aí" (*da*). Para o pensamento

ontológico, o *Dasein* é o ente cuja essência pertence o ser; que existe (é) enquanto aí - no aberto, em abertura para o Ser.

Em outras palavras, o termo *Dasein* surge originalmente da abertura do homem, "da impossibilidade de fixar o homem em uma figura específica, de interpelar discursivamente essa figura com vistas às suas determinações essenciais e sintetizar essas determinações em uma definição que contenha em si o que esse ente propriamente é" (CASANOVA, 2009, p.90). O *Dasein* se constitui então como o Ser no homem, não existindo de forma natural, não estando definido como se é, mas como se está sendo, como projeto lançado e com sua existência sempre em jogo.

A análise fenomenológica coloca o ser humano em uma relação especial com o seu existir no momento em que o considera como o ente que compreende sua relação com o Ser, questiona-se acerca de ser, "para quem o ser importa e dá a pensar, pois o homem é o único ente que pode liberar um acesso para o entendimento do próprio ser, na diversidade de seus sentido" (GIACOIA, 2013, p.65).

Sendo a essência do *Dasein* suas indefinidas possibilidades, pode-se dizer que seu ser é indeterminado, é aberto e livre, carecendo de qualquer predeterminação. Uma vez que o ser-aí, como explica Casanova (2009), é um ente que, sendo, sempre já se relaciona compreensivamente com o seu ser; tal abertura ontológica permite que o *Dasein* seja poder-ser enquanto entende de ser, e mais do que isso, ele se coloca enquanto "ter de ser". Não se prende aquilo que lhe cabe ser, mas se sustenta na possibilidade do vir-a-ser, se constituindo enquanto abertura para a experiência daquilo que se mostra, daquilo que se apresenta. O *Dasein* existe de modo a *ek-sistir*, de modo a ser-para-fora, não possuindo em si mesmo uma razão além de ser, de ser sempre a cada vez a sua possibilidade.

Entretanto, mesmo o *Dasein* sendo a possibilidade de vir-a-ser, é equivocado pensar que ele vive solto, descolado e sem rumo. Justamente por sua condição ontológica do poder-se o *Dasein* tem que ser algo o tempo todo, e com seu ser em

jogo a todo tempo, ele se entrelaça ao mundo em uma busca pelo sentido; uma busca que nunca termina. Dessa forma, sua existência está lançada no mundo, e pela falta de predeterminação ela se movimenta pela busca de dar sentido ao próprio ser. "A existência humana não é um problema que tem que ser resolvido, mas, é na verdade uma questão, algo que está sempre em jogo, sendo nossa tarefa aprender a lidar com que se apresenta no mundo que é o nosso" (SODELLI, 2016, p.65).

Ao estar lançado no intramundano, o *Dasein* existe junto ao mundo, sempre em relação aos outros. A relação com os outros, Giacoia (2013) compreende que pode dar-se por diferentes formas: como a condição de trato ou lida, uma condição de utensílio onde as coisas servem ao *Dasein* de forma a gerar outras coisas pela possibilidade de ação; a condição de relação ética, ontologicamente vinculada ao cuidado de si e suas possibilidades abertas, uma vez que existir significa cuidar de poder ser no mundo; e uma relação do objetivo enquanto plano que o mundo se coloca disposto como totalidade dos objetos presentes, e o *Dasein* enquanto sujeito do conhecimento.

Sendo o *Dasein* esta abertura, tanto para seu próprio ser quanto para os outros, chamamos por existenciais as modalidades originárias desse modo de ser em aberto, suas dimensões ontológicas que o sustentam.

A relação do *Dasein* com o mundo é sempre afinada por um tónus afetivo, uma disposição, sendo esta o estado em que se encontra, o modo de ser-em; é por meio deste "humor", desta afinação (*Befindlichkeit*), que as coisas se mostram ao *Dasein*, tudo o que chega é intermediado por sua disposição, pelo modo em que se sente. Nas palavras de Casanova (2009, p.109) "as tonalidade afetivas são como atmosferas, que nos envolvem de tal forma que tudo imediatamente se mostra a partir de seu modo de afinação." Deste modo, assim como as coisas chegam ao *Dasein* a partir de um horizonte de sentidos, ele as compreende a partir de sua afinação com o mundo.

O *Dasein* existe em uma temporalidade finita, isto é, em um tempo que se esgota. Desta forma, suas indefinidas possibilidades de vir-a-ser, ainda que infinitas, não serão realizadas de modo que contemplem sua totalidade. Em seu processo de acontecer neste tempo datado, o ser-aí se encontra com a possibilidade de impossibilidade, com seu não ser: seu ser-para-a-morte. O homem é o único ente que é aberto para a compreensão de sua finitude, sendo obrigado a conviver com seu ser-para-a-morte, e frente esta realizar uma livre escolha entre viver ou morrer, e principalmente de como viver. Segundo Sodelli (2016), a compreensão da morte singulariza o ser humano, uma vez que ninguém pode experimentar a morte que é minha, e dessa forma, a possibilidade de ser-para-a-morte é tão somente minha que se encontra com a parte mais própria do meu ser.

Pela ameaça do não ser, com sua existência sempre em jogo, e orientada pela finitude, a angústia (*angst*) se realiza então como a tonalidade afetiva primordial, uma angústia ontológica sentida como a possibilidade de faltar-se com si mesmo, e não como uma ansiedade ôntica pela perda de um objeto. O *Dasein* então experiêcia a disposição da angústia por meio de um confronto de realização: o imperativo de realizar suas potencialidades e o perigo de não ser capaz de realizá-las, o perigo da impossibilidade. Se estabelece então uma tensão entre cada escolha e sua perda, uma vez que a cada escolha o *Dasein* deixa de escolher tantas outras; e preso em um tempo que se esgota abre-se um peso por não poder ser tudo aquilo que a ele se apresenta, sempre estar em falta.

A disposição da angústia, se organiza por um "de que" em que teme a possibilidade mais própria de não mais estar, a possibilidade do não-ser; e por um "pelo que" em uma responsabilidade existencial de zelar e cuidar por sua continuidade no mundo. Desta forma conclui-se que a condição existencial do *Dasein* é a angústia, mobilizando a culpa; pelas escolhas que precisa escolher e pelo que escolheu deixar de ser.

A compreensão (*Verstehen*) é o existencial que tangencia o ato de compreender, um limiar não possível de recuar e termos explicativos, como coloca Giacoia (2013): quem compreende algo dispõe também previamente de um senso de compreensão, é "entender de" como capacidade de entendimento. Com seu ser em jogo, e não simplesmente dado, o *Dasein* se relaciona com aquilo que se apresenta de forma a compreender, traçando um entender de ser e um cuidado para com seu ser. E por meio da compreensão se torna possível apropriar-se das possibilidades que são suas.

É por meio da possibilidade de compreender que o *Dasein* toma para si o apelo do Ser, sendo convocado por ele mesmo a dar conta de seu existir. Com o ser sempre em jogo, e junto a capacidade de compreensão de seu existir, a culpa se vincula à consciência da impossibilidade de realização de todas as possibilidades que a ele se oferece.

O *Dasein* experimenta um mundo onde não há garantias, nunca sabemos ao certo se o que escolhemos é o que realmente deveria ser escolhido"; e então "a vingança do não escolhido e do escolhido se abre para a tonalidade afetiva da culpa" visto que ao escolher uma possibilidade também deixamos de escolher as demais (SODELLI, 2016, p.67).

Uma vez que o *Dasein*, enquanto ser no Homem, se relaciona com o mundo de modo a compreender, por meio do dar-se conta de ser, ele toma para si a responsabilidade de cuidar de ser. Dessa forma, no ser-aí, o homem é o mundo que ocupa e o preocupa. " É o 'cuidado' que torna significativa a vida e a existência humana. Ao *Dasein* é dada a tarefa intransferível de ter que cuidar da própria existência. Ser-no-mundo, portanto, é cuidar" (LOPARIC, 1990 apud. Sodelli 2016 p.68).

A escolha desse cuidado não é em hipótese alguma aleatória. O cuidar sustenta pelo que vai se cuidar ou não (o que está próximo ao nosso cuidado, ou

distante), pela forma na qual vai se cuidar ou não (o modo como se cuida); sendo ambos retirados do mundo herdado, da cultura vigente no mundo em que nascemos.

O cuidar ainda se orienta por um modo de cuidar do modo de cuidar das coisas que se tomou para cuidar, sendo este diretamente ligado ao âmbito do sentido. O sentido deve ser entendido como uma destinação, dando conta de ser em uma certa direção e não em outra. Há então um chamado por um projeto de mundo singular, organizado de uma tal forma e não de outra, a partir de uma compreensão de um mundo que acontece a partir do próprio *Dasein* em questão.

Com a existência em jogo, assombrado pela finitude, entre a angústia e a culpa, o mundo se abre enquanto inóspito e ameaçador. Em resposta ao peso de existir, o *Dasein* apresenta, na maior parte das vezes, uma possibilidade de fuga, um perder-se: "a facticidade tende do início e na maioria das vezes a exercer um papel preponderante na projeção do campo existencial do ser-aí. De início e na maioria das vezes, o ser-aí vive no interior do que Heidegger denomina a ditadura do impessoal" (CASANOVA, 2009, p.103).

Em outras palavras, sendo o *Dasein* um ser ontologicamente livre para poder-ser, mas que de alguma forma sempre tem que ser algo, ele se encontra na maioria das vezes envolvido por significações sedimentadas por um mundo impessoal, por um mundo dos outros: tal modo de ser é denominado impessoal. É uma resposta ao insustentável peso de escolher e a tarefa de construir um sentido para aquilo que se apresenta, de forma que valha a pena o que se escolhe.

A partir desta modulação já sempre foi decidido, e o *Dasein* se desresponsabiliza de seu escolher, ausentando-se de si e agindo conforme as malhas de sentido do público. Segue-se aquilo que é dado, aceita-se aquilo que é oferecido. A compreensão da finitude se transforma então em algo objetificado que não diz respeito a minha singularidade enquanto *Dasein*, mas uma morte enquanto humano: não sou eu quem vai morrer, mas os seres humanos, a gente morre e esta morte nunca foi minha. Este é o cuidado impróprio.

O movimento contrário ao perder-se no impessoal da totalidade conformativa é a autenticidade. A autenticidade ou propriedade é o modo de aproximar-se de si, suspendendo as significações dadas e entrando em contato com o sentido que o próprio *Dasein* constrói para si mesmo. É ao escapar, ainda que por alguns momentos, da impropriedade e entrando em contato com a angústia de ser que o *Dasein* consegue projetar sua existência de um modo autêntico: um modo que diz respeito a ele mesmo, um modo que o aproxima de sua singularidade e torna digna a experiência de existir, um modo de ser e um cuidado próprio.

Capítulo 2 - Sobre as Drogas: um contexto geral aos tempos atuais

Antes de discutir a questão do uso de drogas, se faz necessário um breve esclarecimento sobre o que estamos a chamar por drogas, já que em seu sentido original o termo "droga" pode abranger uma variedade enorme de substâncias, como do álcool até o carvão.

Ong (2016) explica que a partir da medicina moderna, pode-se caracterizar como droga a substância que possui a propriedade de atuar pelo menos sobre um sistema do organismo, alterando seu funcionamento. No caso de substâncias que atuam no Sistema Nervoso Central alterando o estado de consciência do usuário, chamamos por psicoativas ou psicotrópicas. Estas podem ser estimulantes quando aumentam a velocidade de transmissão de informação dos neurotransmissores, depressoras quando diminuem a velocidade de transmissão e/ou perturbadoras quando confundem e atrapalham a transmissão. Neste trabalho, ao usarmos o termo drogas, estaremos nos referindo às drogas de potencial psicoativo.

Ao longo da história da humanidade, o uso de drogas sempre esteve presente atendendo aos mais variados motivos e objetivos, seja científico, recreativo, ideológico ou espiritual. Muitas sociedades mostram em sua cultura momentos onde os estados alterados de consciência, vezes alcançado pelo uso de drogas, apresentam um grande significado para seus participantes, relacionado a valores e costumes construídos ao longo de sua história e valorizados por aqueles que os seguem. "É esse o caso, por exemplo, de inúmeras sociedades primitivas, que possuíam rituais nos quais uma droga era a via para a aproximação com divindades e para a busca de experiências transcendentais" (PACHECO, 1999, p.128).

Pacheco (1999) contribui com vários exemplos como: o uso do haxixe em seitas muçulmanas do Oriente Médio; no século XII o consumo de cipó alucinógeno *ayahuasca* ("cipó das almas", no dialeto quíchua), por nações indígenas da

Amazônia, há centenas de anos; e a utilização de cacto peiote (*Lophophora williamsii*) em rituais de índios na região do México, também a séculos atrás.

No que diz respeito a um passado mais recente, o autor faz lembrar de exemplos talvez mais próximos como na América do Norte, onde a Igreja Nativa Americana conseguiu a legalização do cacto peiote, de onde se extrai a mesalina, para uso em seus rituais. E no Brasil, dois grandes exemplos são o uso de ayahuasca, que ainda nos dias de hoje é usada em religiões caboclas como a Santo Daime, e o uso de cachaça em cerimônias significantes do candomblé.

Percebe-se então não só a presença, mas também o uso de substâncias psicoativas no movimento histórico da humanidade, em diferentes momentos e lugares, com sentidos e significados bastante singulares. O homem sempre esteve em um mundo, e nesse mundo a droga sempre se fez presente.

Atualmente o temática do uso abusivo de drogas vem sido tratada como um problema de saúde pública, como foi alertado no ano de 2004 pelo relatório *A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas*, tornando necessário um debate sobre formas de cuidado e prevenção para os usuários que se encontram em situações de vulnerabilidade.

Segundo Lima (2014) há, em alguns casos, uma relação entre o consumo abusivo de substâncias psicoativas e indicadores sociais variados como defasagem escolar, baixo nível socioeconômico, rotina de violência entre outras condições relevantes e significativas que interferem no bem estar individual e coletivo, colocando em evidência a necessidade de se pensar como acontece o diálogo nessa relação e como se pode enfrentá-la.

No esforço de pensar formas de cuidado e prevenção que consigam se articular com essa questão da vulnerabilidade e o uso abusivo de substâncias, alguns pontos importantes devem ser esclarecidos a fim de criar práticas mais coerentes e eficazes com aquela problemática que se apresenta, evitando ao máximo acomodar-se aos achismos que escapam o pensamento crítico-reflexivo e

acabam por se alojar na categoria das verdades.

Não só dentro do espaço da discussão sobre o uso de drogas e suas consequências, mas também em conversas do boca a boca, é comum nos depararmos com a classificação das Drogas com base na sua comercialização, sendo esta autorizada ou não. Por drogas lícitas pensa-se em drogas de comercialização autorizada e regulamentada, como é o caso do tabaco, do álcool, do café, do açúcar e dos medicamentos/remédios em geral; já sobre as ilícitas, de comercialização proibida, temos como exemplo, pelo menos no Brasil, a maconha, a cocaína, o LSD, etc.

A reflexão acerca da proibição das drogas é uma das ferramentas aliada para se desenvolver um pensamento crítico sobre o uso de substâncias psicoativas, entendendo que ela não só se relaciona com uma preocupação com a saúde coletiva, mas também se articula com o contexto e os interesses políticos.

Nas palavras de Sodelli (2016), a classificação das drogas por lícitas e ilícitas vem sendo criticada há tempos por vários pesquisadores já que ela pode acabar por gerar alguns entendimentos equivocados, sendo o mais comum aceitar que as drogas ilícitas sejam mais prejudiciais à saúde do que as drogas lícitas; ou de que há um consenso de quais drogas são menos ou mais prejudiciais, legitimando a proibição de umas e legalização de outras.

Um ponto importante a ser pensado quando trata-se da questão do uso de psicotrópicos é o padrão pelo qual o uso acontece, fugindo da ideia de que todo usuário é necessariamente dependente da substância. Compreende-se como uso experimental um primeiro contato do usuário com a droga, um momento de experimentação de uma substância nova pelos mais diversos motivos. Seja pela curiosidade no que diz respeito aos efeitos ou pela pressão de um grupo, entende-se que a busca geralmente se orienta por um desejo de prazer, onde muitas vezes o segundo (prazer social) supera o primeiro (prazer biológico).

Por uso ocasional entende-se o usuário que mantém uma relação esporádica

com a droga, fazendo uso em ocasiões específicas. O uso habitual é um uso frequente, onde a lógica passa a ser subvertida e não há ocasião específica para o uso: o desconforto na ausência da droga passa a ser mais evidente do que o prazer durante o efeito, mas grande parte desses usuários ainda conseguem cumprir com suas obrigações sociais. Por fim, encontra-se a dependência onde o usuário se vê obrigado a manter um uso frequente, uma relação estreita com a droga que passa a ocupar grande parte de sua vida e inviabiliza suas obrigações sociais. Há uma completa subversão onde o uso da droga é apenas um tamponamento da angústia de desconforto de sua abstinência.

O uso de droga é então um fenômeno complexo que não deve ser limitado a uma visão simplista que foca somente na substância em jogo, classificada como boa ou ruim, legal ou ilegal. Trabalhar com a prevenção e o cuidado ao uso nocivo é entender a relação do sujeito com a droga em seus diversos aspectos, em seus diferentes padrões e especificidades, e não somente na substância em si. E frente a demanda de manejar o uso nocivo, alguns modelos de prevenção e cuidado podem ser percebidos como formas atuais de lidar com o problema.

Orientado pela política proibicionista norte-americana, conhecida como Guerra às Drogas, apresenta-se o modelo da intolerância com a proposta de atuação que busca acabar com o consumo de drogas ilegais por meio do combate ao cultivo, ao tráfico e à produção das substâncias. Conforme aponta Sodelli (2016), na perspectiva proibicionista do modelo da tolerância zero, o uso de drogas é compreendido de uma maneira dualista, o Bem e o Mal, o Certo e o Errado.

O termo droga passa a ser identificado quase que de imediato como algo perigoso, que deve ser evitado a qualquer custo. Entendendo o uso como algo que faz mal a saúde, conseqüentemente o usuário é taxado por um comportamento desviante, errado. A metodologia de prevenção acontece no esforço de afastar qualquer possibilidade de contato com as drogas uma vez que o uso, em qualquer padrão, pode trazer conseqüências trágicas para a vida do usuário. Um ponto curioso a ser pensado é de que a política de prevenção atua quase que

exclusivamente em direção às drogas ilícitas, deixando para segundo plano drogas lícitas como o tabaco ou o álcool.

O autor acrescenta que projetos onde a abstinência é priorizada enquanto única alternativa tendem a não alcançar seu objetivo uma vez que tratam como desimportantes questões fundamentais em em um projeto de prevenção ou manejo. Sobre tais projetos:

Tem natureza idealista e trabalha com base na ideia de uma sociedade livre das drogas; há um predomínio da persuasão, da ideia de um saber único e exclusivo, da omissão ou superficialidade no tratamento dos dados; as informações são tendenciosas e dirigidas; dita comportamento e conjunto de regras a serem seguidos, impõem ao indivíduo o que devem pensar, sentir e fazer; é irrealista e fere princípios éticos e direitos civis (SODELLI, 2016, p.55).

Como forma de tratamento, o modelo da tolerância zero aposta em três modelos terapêuticos: a internação hospitalar (de curta duração, com uso de medicamentos, alimentação balanceada e repouso), as clínicas especializadas (tratamento de médio ou longo prazo e de alto custo, atendendo usuários de alto poder aquisitivo) e as comunidades terapêuticas.

As comunidades terapêuticas, criadas em 1979, são um sistema estruturado com limites e funções precisas que busca construir um ambiente livre das drogas, possuindo regras e afetos controlados, através de normas, horários e responsabilidades. Com o objetivo de promover uma transformação da personalidade do usuário, um amadurecimento pessoal e favorecer uma reinserção na sociedade, conforme descrito por Sabino et al. (2005), essa forma de tratamento se norteia em três direções: a espiritual, onde trabalha-se religiosidade; a científica, por meio de profissionais como médicos, psicólogos e assistentes sociais; e uma terceira linha mista entre as duas visões anteriores.

Próximo ao modelo residencial usado para pacientes com patologias psiquiátricas crônicas, seu funcionamento é pautado na premissa de que "quando

não se é possível promover mudanças no indivíduo dependente, passa a ser necessário alterar a sua condição, seu meio ambiente e removê-lo da situação onde o consumo ocorre" (SABINO et al., 2005, p.172).

Passos e Souza (2011) colocam a abstinência como um eixo entre a articulação da justiça, da psiquiatria e a moral religiosa, definindo uma política de cuidado onde essas três instâncias passam a construir um estigma do usuário: os saberes médicos dizem por um doente, os jurídicos por um criminoso, e os religiosos por um sem virtude.

Ao passo em que a psiquiatria se volta para a doença mental e a justiça se volta para a delinquência do usuário, a moral religiosa se encarrega de um terceiro elemento que ajuda no entendimento do molde da abstinência: a associação do prazer ao mal. Frequentemente associado ao uso de drogas, o prazer carnal é criticado pela moral religiosa, associado a uma má conduta, por vezes até obscura, revelando aquilo de não saudável que deve ser combatido e evitado. "Enquanto a psiquiatria e a criminologia produzem verdades sobre a razão e práticas de "cura" do anormal, fosse louco ou criminoso, a moral cristã atém-se aos desvios da "carne", aos prazeres apetitosos" (PASSOS E SOUZA, 2011, p. 158).

A afirmação de Laurent (1998), trazida por Lima (2014, p.41) exemplifica que a preocupação com a saúde mental, no modelo da abstinência, está orientada exclusivamente pela "saúde" em detrimento do "mental". Em outras palavras, pode-se dizer que os cuidados estão pautados por uma visão simplista do fenômeno, onde a saúde é entendida quase que exclusivamente como a ausência de doença, e a doença por sua vez é o consumo de substâncias psicoativas.

Podemos tomar de referência para tal modelo a chamada "epidemia do crack": além de estar bastante associado à população em situação de rua, o crack tornou-se o eixo central da temática nacional sobre o consumo de drogas, onde o termo epidemia vem sendo empregado de forma problemática para explicar sua proliferação em grandes centros urbanos, justificando assim um enfrentamento

centrado em abrigamentos compulsórios, a favor da manutenção da ordem pública, distante da consideração de variáveis existenciais relacionadas ao problema:

Tal formulação verifica, ainda, a aliança entre uma psiquiatria biológica, que pensa a causalidade do consumo abusivo de substâncias psicoativas a partir do modelo neurofisiológico e um procedimento terapêutico sem controle que mistura dois tipos de prescrição, historicamente vinculados ao modelo manicomial, para o tratamento da adição: prescrição medicamentosa de Haldol e tratamento moral por meio do isolamento social (LIMA et al., 2014, p.41).

O modelo de abstinência acaba por manter tanto seu foco na substância e no valor moral da escolha do usuário que deixar de lado aspectos imprescindíveis de serem levados em conta, afastando assim qualquer possibilidade de compreensão do que está a acontecer. Com uma lógica direcionada pelo julgamento e pela punição, associados à criminalidade, as ofertas de cuidado se orientam em modelos de exclusão, de afastamento, corroborando para a manutenção de um estigma onde o usuário se fixa cada vez mais na imagem enrijecida do drogado.

A fim de manter o povo saudável, livrando-lhe do risco de contaminações, usuários/as de crack precisam ter seus corpos expostos; precisam (re)habilitar suas condutas para a inclusão na economia social de mercado; precisam, enfim, participar do regime de sociabilidade do empreendedorismo de si, sendo governados e governando a si mesmos, mediante infantilização, culpabilização e controle de seus vícios e corpos (VASCONCELOS, PROTAZIO e MACHADO, 2015, p.48).

Bittencourt, França e Goldim (2015) apontam que a estigmatização das pessoas que consomem drogas afeta as vidas dessas pessoas das mais variadas formas, onde o preconceito restringe qualquer forma de aproximação, empatia e até mesmo cuidado. O rótulo acaba por interferir no envolvimento da pessoa com as mais diversas atividades, e a rejeição se torna algo comum, de forma que a própria pessoa passa a se ver cada vez menos como um cidadão de direitos e mais como um produto marginalizado.

No que diz respeito às formas de cuidado, os estigmas caminham não para a produção de estratégias que busquem um enfrentamento da situação, mas uma fuga e um isolamento social daqueles que se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade. É um *a priori* que enrijece aquilo que se apresenta, encurta as possibilidades de mudanças, seja por limitar as opções ofertadas ou por dificultar a adesão de qualquer caminho que ofereça cuidado.

Capítulo 3 - Redução de Danos: uma alternativa

Em contrapartida, orientado por uma visão que julga impossível pensar uma sociedade sem drogas e que trabalhar no sentido de erradicar todas as formas de uso é ditar normas de comportamentos muito além do que é direito do Estado e das Instituições (Carlini, 2010 apud. Sodelli, 2017 p.57), apresenta-se o modelo preventivo que convive com as diferenças. Por prevenção tal modelo entende que sua contribuição é tornar possível uma condição de escolha mais responsável, fugindo de um posicionamento repressor, policialesco e punitivo; adotando a postura de colocar em questão o conhecimento acerca das drogas, um espaço de reflexão sobre os "mitos" e "verdades" que rondam o uso.

Pacheco (2014) coloca que novas concepções têm sido discutidas em torno da problemática do uso de drogas, tornando possível um entendimento da questão que leve em consideração aspectos socioculturais, com seus conflitos e desequilíbrios, no lugar de uma forma de cuidado que apenas busque tratar aspectos voltados à natureza da substância em si, e o desvio de seu usuário. E como forma de cuidado, surgindo entre as brechas e o fracasso deixado pela política proibicionista, surge a Redução de Danos.

Como resposta a uma situação preocupante onde inúmeros usuários de drogas derivadas do ópio (opióceos) apresentavam uma condição de difícil manejo, a redução de danos surge em 1926, na Inglaterra; numa tentativa de superar o uso feito em condições precárias, facilitando a disseminação de doenças e contaminações a partir de um uso descuidado e vulnerável a infecções; e o tratamento que se mostrava ineficiente em grande parte dos casos, uma vez que a abstinência não se aplicava enquanto uma prática viável e efetiva (ONG, 2016, p.86), é apresentado o primeiro esboço de uma prática de Redução de Danos: O Relatório Rolleston.

Presidido pelo ministro da saúde Sir Humphrey Rolleston, este permitiu então que médicos prescrevessem suprimentos regulares de opióceos a dependentes em

situações de manejo da síndrome de abstinência em um tratamento; ou em casos que ficasse comprovado, após longas tentativas de descontinuar a droga, que o usuário apenas seria capaz de levar uma vida produtiva com doses administradas regulares já que, segundo o autor, as interrupções bruscas na maior parte das vezes incorriam em fracasso, impossibilitando qualquer grau de independência em relação à droga; enquanto um processo gradual de abandono do uso da droga, com administração mínima e regular da droga, possibilitava ao dependente uma vida mais produtiva

Um segundo momento relevante para a Redução de Danos foi nos anos 80, na Holanda, onde seus princípios foram sistematizados em forma de programas. Uma iniciativa de uma associação de usuários de drogas colocou como resposta à epidemia de hepatite B a distribuição de seringas para UDI (usuários de drogas intravenosas). O sistema de saúde holandês adotou então um programa de distribuição que visava evitar que as seringas fossem compartilhadas, combatendo assim o aumento da transmissão de doenças. A terapia de substituição e o uso de salas de segurança também foram medidas presentes.

Ainda na década de 80, com o aumento da AIDS/HIV houve uma significativa mudança na forma como diversos países passaram a entender a epidemia: um fenômeno que demandava ações práticas e não apenas declarações de adesão baseado em um discurso moralista (SCHEERE 1994,p.47 apud. SODELLI, 2016).

Em 1989 ocorre a primeira tentativa de Redução de Danos no Brasil, na região de Santos-SP e embora a tal tentativa tenha sido frustrada devido uma decisão judicial, por várias partes do país o assunto passa a ser fortemente debatido, levantando seminários e criações de ONGs que tentavam divulgar e militar pela mudança na legislação. Quase quinze anos depois do primeiro programa holandês, somente em em 1995 na Bahia, o Brasil teve oficializado seu programa de Redução de Danos: inicia-se um programa que busca a prevenção de hepatites virais e HIV em uma população vulnerável devido ao uso de drogas injetáveis retomando a política de distribuição e troca de seringas descartáveis.

Em 1998, é criado o primeiro centro de convivência para usuário de drogas, o É de Lei. Com uma proposta diferente, o ambiente se constrói como um espaço de contribuição para a mudança na cultura vigente sobre o uso de drogas, visando a diminuição do estigma e do preconceito em relação aos usuários. Além disso, a proposta como centro de convivência é de oferecer um lugar de acolhimento buscando, com atividades como uma roda de conversa ou a oferta de um lanche da tarde, de modo a garantir um local de união onde os próprios usuários trabalham de modo a diminuir os agravos do uso de drogas à saúde, a exposição à marginalização e à violência, e a violação dos direitos humanos.

A ênfase do trabalho de Redução de Danos está associada ao uso de crack, com o objetivo de prevenção das DST/AIDS. Juntamente com os usuários, estratégias foram criadas para a minimização dos danos decorrentes do uso do crack. O Centro de convivência É de Lei (2017) relata que seus integrantes trabalham com o objetivo de contribuir para uma mudança na cultura no campo das drogas, visando a diminuição do estigma e do preconceito em relação ao usuário de drogas e com isso, a diminuição dos agravos à saúde, da marginalização, da violência e da violação de direitos humanos.

Em síntese, o programa de redução de danos se constrói então em um conjunto de políticas e práticas que buscam diminuir os danos associados a algum comportamento, não necessariamente atrelado ao uso de drogas, buscando uma forma de cuidado para situações de vulnerabilidade.

Conforme apresentado pelo centro de convivência É DE LEI, as práticas de redução de danos trabalham o direito à saúde na perspectiva do direito à cidadania e dos Direitos Humanos e buscam a socialização política de usuários de drogas de maneira crítica, de promover o autocuidado com a saúde e a busca por direitos pela discussão de políticas governamentais e políticas de estado, numa perspectiva que passa pelo individual e também pelo coletivo. É uma prática que convive com a diferença e aceita a singularidade de cada pessoa, de cada caso, sem um

movimento de impor um modelo de cuidado mas de construir um cuidado que faça sentido para aquele que se cuida. É um movimento de tornar-se protagonista.

A Redução de Danos então significa tornar possível uma maior liberdade e co-responsabilidade daquele que está se cuidando, de modo que, como apontado por Delbon, Da Ros e Ferreira (2006), busca romper com a lógica binarizante que separa e detém o problema em fronteiras rigidamente definidas, com o eixo de tratamento baseado no comportamento anti-social ou criminoso, cujo único objetivo a ser alcançado é a abstinência.

Para cumprir seu objetivo, a prática de Redução de Danos trata de cuidar de vidas humanas contemplando suas singularidades: acolhendo e reconhecendo sem julgamentos o que com cada usuário é vivenciado, está sendo demandado, se faz necessário, combinando nessa relação o que pode ser ofertado na busca de uma participação e engajamento do próprio, traçando com ele estratégias para promover saúde e garantir seus direitos enquanto cidadão.

No caso específico da redução de danos, quando uma sociedade não reconhece os direitos de uma pessoa que faz uso de uma droga ilícita, significa que essa sociedade, do ponto de vista ético, está afirmando que umas pessoas são mais cidadãs do que outras. Portanto, a condição de cidadão passa a ser secundária em relação à de usuário de drogas, ou seja, primeiro a pessoa é julgada por fazer uso de droga e, em decorrência disso, perde o reconhecimento de sua condição de cidadão (DELBON, DA ROS, FERREIRA, 2006, p.40).

Se faz necessária então uma conduta de inclusão do usuário, não só como paciente, mas como ator responsável em seu cuidado, ao caminho contrário da política de abstinência que propõe uma exclusão do usuário além de uma visão médica que carrega saberes prontos sobre a questão do vício, desrespeitam sua singularidade. Pode-se ter como exemplo as associações de RD onde " [...] os usuários de drogas participam como agentes políticos colaboradores na produção de redes de cuidado e de comunicação, criando uma mobilização coletiva, uma gestão do comum" (PASSOS E SOUZA, 2011, p.159), colaborando na produção de

projetos, no estabelecer de contratos, no votar e se candidatar para cargos e decisões. Observa-se na experiência que muitos dos usuários abandonam ou diminuem o uso de drogas quando experimentam um contexto de acolhimento, e quando o uso abusivo passa a comprometer o desempenho de funções as quais fazem sentido para eles.

Vasconcelos, Protazio e Machado (2015) contribuem de forma ímpar para as discussões sobre uma prática Redução de Danos que busca encarar o fenômeno como ele se apresenta, em sua singularidade, ensaiando descaminhos e desaprendizagens. Uma desconstrução para que abra caminho para o novo, e que se sustente como abertura este novo, permitindo que emerja enquanto possibilidades e liberdades.

A respeito do comprometimento com a “produção desejante”, faz parte do senso comum um entendimento do usuário como aquele que costuma não aderir aos serviços pela falta de desejo, uma falta que é entendida como que quase inerente à figura do dependente químico. Se faz necessário superar a visão de que a falta de desejo faz parte de uma estrutura já dada e trabalhar esta como um processo de “produção”, e mais do que isso, é permitir que ele signifique ou ressignifique aquilo que o toca. Isto é, deve-se estar atento às formas de permitir que apareça um novo sentido capaz de sustentar esse cuidado, um sentido pelo qual valha a pena ser vivido, explorando novas possibilidades, e não uma repetição de ofertas tediosas e não significativas, por meio de uma reprodução sem conhecimento.

O afunilamento de relações parece ser um dos maiores danos, se não a própria definição, que o vício carrega, fazendo parte do cuidado um movimento de explorar novas possibilidades em um comprometimento com o alargamento dos territórios existenciais, criando novas experimentações. Não se trata apenas de um cuidado institucionalizado, generalizante, restringindo a prática a conduzir os corpos à "boa" conduta enquanto o usuário se perde restringido como doente, mas de uma prática que busque produzir e contagiar novas formas de vida, com novos vínculos,

umentando a potência e possibilidade de vivências inéditas.

Quando se pensa em forma de cuidado e promoção de saúde, muitas vezes acaba-se no equívoco de entender o processo como erradicação da doença, uma clínica comprometida em devolver o indivíduo ao seu estado anterior à compulsão, mas seria este o caminho? Retornar ao contexto e as relações que produziram sua sujeição e adoecimento? Aos cuidados da Redução de danos cabe romper com a lógica do reabilitar e incluir, curar e retornar, e estabelecer um espaço que torne possível uma significação ou ressignificação da condição, oferecendo a possibilidade de sair dos impasses repetitivos, não apenas resgatando uma condição anterior, mas principalmente ajudando na percepção de uma nova possibilidade de existir, de um novo modo de ser.

A prática RD pode ainda dialogar não somente na distribuição insumos ou na garantia de condições que minimizem a vulnerabilidade de um modo de estar no mundo, mas também em práticas legislativas que se manifestam como restrições e regulamentações do uso de determinada substância, criando condições propícias e evitando situações onde o uso se torne problemático. Pode-se usar de exemplo a política referente ao uso de álcool ou tabaco no Brasil: há uma idade mínima para que se possa consumir, e no caso do álcool, quando consumida não é permitido dirigir.

Aos olhos da Redução de Danos, não deveria existir uma divisão entre ilícitas e lícitas, mas sim uma restrição e regulamentação das substâncias. Se a Redução de Danos pode ser considerada liberal no que tange drogas hoje ilícitas, no âmbito das lícitas ela pode ser considerada um tanto quanto conservadora, uma vez que a minimização de danos passa a englobar e enfrentar o forte mercado presente, como no caso do tabaco e do álcool e as políticas apresentadas acima.

A descriminalização das drogas, unida à regulamentação e à restrição, pode oferecer um paradigma menos moral e mais funcional, desmantelando todos os problemas gerados pela ilegalidade, tais como o tráfico e toda violência dele gerada (ONG, 2016, p.88).

Dentro do próprio debate da redução de danos que se estende entre seus defensores, pode-se perceber modos diferentes de entendê-la e também de praticá-la.

A Redução de Danos Tradicional, conforme coloca Sodelli (2016), é interpretada como uma estratégia que busca auxiliar o usuário na diminuição do consumo de drogas, facilitando um possível descontinuação no uso da droga. É uma interpretação que carrega a abstinência como ideal, mas dialoga alternativas que possam diminuir os danos ao usuário. É uma abordagem que usa o conceito de Redução de Danos como uma ferramenta alternativa, de caráter emergencial, que não só pode mas deve ser usada momentaneamente. A própria organização mundial da saúde compartilha este princípio: o melhor é não usar drogas; se usar, não usar injetável; se usar, não compartilhar; se compartilhar, esterilizá-las, adequadamente.

Entendendo que o ideal seria o usuário permanecer na abstinência, mas reconhecendo a dificuldade da interrupção, a Redução de Danos Tradicional propõe alternativas de reduzir os danos do uso nocivo das drogas, se aproximando do modelo ineficaz da Tolerância Zero; por meio de uma estratégia diferente busca pelo mesmo resultado, uma vez que entende como condição ideal a ausência do uso, mas tolera o uso de drogas até o momento que ele consiga ser superado.

Já a Redução de Danos Libertadora, abordando a questão por um outro ponto de vista, não pretende alcançar como objetivo a abstinência entre os usuários, mas sim reduzir os danos decorrentes do uso nocivo das drogas.

A Rede Brasileira de Redução de Danos (Reduc) é um exemplo de tal interpretação na medida em que busca: Implementar medidas amplas para prevenir e tratar o consumo nocivo de drogas; não perseguir o consumidor de drogas, mas sim, buscar formas de regulação que sejam social e culturalmente aceitas pelos diferentes segmentos sociais. Na prática, tem como objetivo uma aproximação com o usuário de drogas, para que, num futuro próximo, seja possível a criação de um vínculo de confiança, uma abertura. Instaurado, o vínculo funciona como uma base

sólida para inserir -se a discussão a respeito das possibilidades de redução de danos à saúde do usuário, entre elas: a discussão do uso nocivo, a inclusão destes usuários nos programas da rede pública de saúde e até, se o usuário desejar, possibilitar tratamento ao uso nocivo de drogas, etc.

Deixando de lado a preocupação de acabar com o consumo de drogas e se orientando pela maneira a qual este consumo acontece, a abordagem da Redução de Danos Libertadora se presta ao cuidado do uso nocivo das drogas, e não destinada a sua abstinência. Não existe uma droga nociva em si, mas um potencial nocivo em usos problemáticos. Não se busca um posicionamento impositivo, baseado em uma moral, mas uma atuação que possibilite um pensamento autocrítico capaz de realizar escolhas pensadas, mantendo a liberdade e estimulando o autocuidado. É por meio dessa alternativa de cuidado que se busca discutir com os usuários as possibilidades e as restrições do consumo, refletindo o modo como o próprio usuário compreende sua relação com a droga, pensando suas vulnerabilidades e seus riscos associado ao uso.

Capítulo 4 - Fenomenologia e as Drogas: um exercício de compreensão.

No caminho de problematizar a questão do uso de drogas sob a ótica da compreensão fenomenológica, sustentada a partir da concepção de Homem desenvolvida por Heidegger, pontos importantes podem ser levantados. Este capítulo busca contemplar alguns destes tais pontos, de modo a justificar a escolha da Fenomenologia Existencial como bastante precisa para essa discussão.

Uma metodologia fenomenológica nos permite investigar a problemática do uso de drogas de forma a não separarmos o ser humano das drogas, em sua condição existencial de ser-no-mundo. Santos e Sá (2013) apontam que o prefixo “ex” de “ex-istência” significa “fora de”, equivalente a relação indissociável do homem com o seu “fora”, com o seu “aí”, com o seu mundo. Em outras palavras, a condição de ser-aí do Dasein acontece em um mundo historicamente construído, e desta forma este deve ser compreendido e pensado: uma tentativa metodológica de isolar o fenômeno, retirando-o do aí onde este se mostra, acaba por se distanciar daquilo que se investiga e destituindo sua essência. É necessário permitir que o fenômeno se mostre em si mesmo, a partir de si mesmo.

A partir deste movimento de superação da dicotomia estabelecida entre sujeito e objeto, ser humano e droga, compreendendo aquilo que se mostra em sua relação, podemos levantar um importante ponto acerca dos saberes elaborados frente a problemática das drogas: nenhuma área de conhecimento é detentora de um saber absoluto, nenhuma área contempla uma totalidade ou uma verdade mais verdadeira, seja esta a psicologia da mente, a farmacologia das substâncias ou a medicina dos corpos. Uma visão de um todo se faz muito mais necessária do que uma tentativa de fixar em conceitos a totalidade daquilo que se apresenta, uma vez que qualquer abstração acaba por exilar o fenômeno do campo onde este se manifesta.

“O pensamento fenomenológico não se submete ao imperativo positivista da transformação da experiência em experimento, muito menos no uso tecnicista da técnica” (SODELLI, 2016, p.70). E nesse sentido, um entender lógico e científico, uma prática tecnicista, caminha em uma pergunta pela razão, em uma busca pela resposta, de modo a apreender e controlar as coisas por meio de representações conceituais.

Um pensamento que se restringe ao cálculo como horizonte acaba por distanciar-se cada vez do que é humano em detrimento de um mecânico, perdendo o colocar-se em um mundo que é outro, e na companhia deste outro buscar os sentidos e significados de uma vivência, o fenômeno em sua essência. Como colocam Santos e Sá (2013), um sintoma dessa prática é a falta de capacidade para lidar de modo efetivo com fenômenos que resistem de modo mais persistente a um enquadramento sob categorias de significação já sempre disponíveis, como por exemplo o uso de drogas.

O existencial do *Dasein* de ser-no-mundo nos permite ainda pensar em um uso de drogas que nunca acontece de forma neutra, separado de uma trama de significados. Sua maneira singular de estar no mundo em relação com as coisas que o toca, da forma como o toca, e do lugar onde o toca, possibilita ao *Dasein* experienciar suas vivências a partir de um mundo que é seu, impossibilitando qualquer forma de estudo que busque deslocar o fenômeno para uma espécie de “vácuo”, fora de um mundo que está a acontecer e dentro somente de linhas teóricas.

O mundo histórico se dá como um horizonte de sentido, e o sentido é determinante ao que acontece, logo encaixar as experiências em experimentos não ajuda no pensar sobre o fenômeno, uma vez que qualquer abstração resulta em um exílio do fenômeno, retirando-o do campo onde se manifesta. O ente do *Dasein* não é um ente Natural, e suas experiências não seguem o regeer de um mundo natural.

Como já tratado anteriormente, o *Dasein* é um ente cuja condição existencial é sustentada em uma liberdade ontológica: Não definido em sua natureza, em sua essência, o *Dasein* é um poder-ser, é possibilidade e não determinação. Junto desta liberdade de poder-ser há uma responsabilidade de um ter de ser, estando sob sua responsabilidade o cuidado para com suas possibilidades indefinidas.

O *Dasein* é chamado a todo o momento para ser, e deste chamado é de sua responsabilidade cuidar (*Sorge*) das possibilidades que a ele se apresentam e dar conta desse seu existir. Este cuidado se relaciona então com os significados e sentidos que acabam por organizar sua existência. Heidegger (1927/2006) coloca que cuidado é habitar e construir o mundo, no modo como se ocupa e pré-ocupa com o intramundano, construindo uma vida que é digna de ser vivida em sua experiência do cotidiano.

Pode-se então dizer que o *Dasein* é chamado para seu ser-livre, cabendo somente a ele decidir o modo como irá cuidar de sua condição. Deste modo, a experiência de ser do *Dasein* se dá em uma compreensão de que sua vida não está pronta e, frente ao tempo que lhe é dado entre seu nascer e seu morrer, cabe somente a ele dar sentido ao seu existir, construir um projeto de mundo com sentido de ser vivido.

Tal experiência de liberdade e abertura para vir-a-ser, sendo não somente o que se está a ser mas também todas suas possibilidades, e o chamado constante para cuidar de seu ser, abre para o *Dasein* a possibilidade do mundo ser sentido como algo prazeroso; mas também abre a possibilidade de ser sentido como sofrimento, como desamparo. A dimensão ontológica do ser-para-a-morte coloca em jogo o ser do *Dasein*, e o ter de ser se torna uma tarefa com uma dimensão maior quando é constatado que suas indefinidas possibilidades são finitas. E destas dimensões emergem experiências como a angústia e a culpa.

A angústia ou ansiedade (*Angst*), para a Fenomenologia Existencial, pode ser pensada como uma característica ontológica, uma característica ancorada na

existência do *Dasein*. Assim, a angústia não é algo que o *Dasein* possui, mas é algo que ele é, articulando o ser-aí em seu poder-ser: uma experiência do sentir-se ameaçado pela iminência do não-ser, é a compreensão de que seu próprio existir pode deixar de ser.

Coloca-se então como um conflito entre o ser e o não-ser, e principalmente pela abertura de vir-a-ser enquanto potencialidade: “A ansiedade ocorre no momento do aparecimento de alguma potencialidade ou possibilidade diante do indivíduo, alguma probabilidade de preencher sua existência; mas essa possibilidade implica a destruição da segurança atual, que por sua vez provoca a tendência de rejeitar a nova potencialidade (ROLLO MAY, 1988, p.123).

A culpa, por sua vez, se coloca como uma condição humana que nomeia a experiência de fracasso da realização das potencialidades que tocam ao ser. Em outras palavras, é o faltar-se a si mesmo por falhar em realizar as possibilidades que se apresentam. Visto que ao escolher o *Dasein* deixa de escolher, que a escolha de algo está diretamente ligada ao deixar de escolher tantas outras coisas, pode-se dizer que a culpa está presente em cada ser uma vez que este carrega em si o não-ser. A culpa se dá em uma não realização das possibilidades que se colocam ao ser, é uma culpa por estar em falta, e todos os *Dasein* participam dela.

É importante ressaltar que a culpa não está ligada à proibições culturais ou condutas morais, como coloca Rollo May (1988), a culpa ontológica não reside em violar proibições mas em poder ver em si mesmo aquele que pode fazer uma escolha ou desistir dela. Todo ser humano carrega essa culpa ontológica, embora seu conteúdo pode variar de cultura para cultura, de época para época.

Em linhas gerais, pode-se resumir a Angústia como a condição humana para a realização de suas possibilidades, a tensão entre ser-si-próprio e perder-se; e a Culpa pela consequência das escolhas e o sacrifício das possibilidades, por estar em falta a si e em dívida com as possibilidade de ser-si-próprio.

A consciência para tais condições existenciais revelam importantes aspectos para a noção de vulnerabilidade existencial. Vulnerabilidade esta que revela a

responsabilidade e a fragilidade do *Dasein* e seu existir, não podendo repassar a tarefa de viver uma vida que é só sua e morrer uma morte que é só sua. E desta vulnerabilidade existencial, desta tarefa de cuidar, o *Dasein* se vê em posição de buscar por um alívio, por alternativas que garantam experimentar uma outra forma que não a árdua tarefa do cuidar-se, experienciar um outro modo de ser, isso é, uma busca por alteração do estado da consciência.

Há então uma abertura para a prática de inúmeras possibilidades que possam atenuar a tarefa de cura, de atribuir leveza ao cuidar-se, que possam trazer prazer. São estas inúmeras, com o dançar de uma dança, a prática de um esporte, a leitura de um livro, o apreciar de uma música, o comer de uma comida... e também se apresenta como alternativa o uso de drogas.

Experimentando um modo diferente de ser, de estar no mundo, dentro da compreensão fenomenológica, “o uso de drogas pode proporcionar um modo mais agradável de estar no mundo que, mesmo de maneira fugaz, é como se a própria condição existencial tivesse sido mudada” (SODELLI, p.72).

Orientado por este pensamento, a relação do ser humano com as drogas se dá então em um horizonte permeado pelo cuidado inerente ao existir de cada um. Cuidado este que pode-se orientar por diversos significados e sentidos, como por exemplo no uso ritualístico, no uso religioso, no uso cotidiano, no uso casual, no uso social, no uso voltado para um estudo de autoconhecimento, no uso recreativo, etc.

O cuidado se coloca então como uma forma não paralizante de lidar com esta inclusão dos determinantes ontológicos, como algo que possibilita uma transcendência desta própria condição humana, uma forma de superar os próprios limites e assim autênticas sua experiência de ser para além do desamparo sentido como hostil.

Conforme afirma Scheere (1997), o ser humano vem se dedicando a criar vários métodos para alterar a consciência ao longo de sua história, como dançar, jejuar, meditar, e até mesmo criar atividades que colocam em risco sua própria vida,

como o automobilismo, a escalada e tantas outras experiências. Tal particularidade de sua condição não deve ser compreendida como uma falha do ser humano, pelo contrário, deve ser contemplada como algo que possibilita a ampliação da criatividade, nos tornando capazes de superar a própria condição de agora enquanto criador de tudo aquilo que diz respeito a humanidade, desde as produções mais admiradas, até os atos mais repudiados.

O artigo “Ambiguidade do Cuidado na Vivência do Consumidor de Drogas”, publicado por Sena, Araújo, Ribeiro, et al (2017) na RGE, traz importantes falas que contribuem para o exercício de pensar um diálogo entre Fenomenologia Existencial de Heidegger e o uso de drogas.

Com o objetivo de compreender a percepção de usuários de um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) sobre o cuidado no contexto de consumo de drogas, foram realizados dois encontros em um Grupo Focal com dez usuários de um CAPS Álcool e outras Drogas. As falas acrescentadas a seguir, em conjunto de breves análises, auxiliam a buscar exemplificar tal forma de pensar o fenômeno discutido até então:

A fala de Cinza “Por excesso de trabalho entrei em depressão [...]. Meu refúgio foi a bebida.” coloca de forma bastante direta o consumo de substâncias psicoativas como uma forma de refúgio, uma válvula de escape, uma forma de cuidado que promove uma alteração de consciência na medida em que transcende o modo pelo qual Cinza experimenta seu mundo. O uso da bebida então se coloca como uma relação que possibilita uma experiência prazerosa, uma iniciativa em oposição àquela oferecida pelo excesso de trabalho e o desprazer nomeado por depressão.

Azul diz crer “que a maioria entra nessa de drogas porque, como eu entrei e muitos entraram, por curiosidade.”; também em uma perspectiva de cuidado, relata que a curiosidade pelos efeitos da substância podem ser motivadoras ao consumo, curiosidade esta que norteia Azul ao desconhecido. Este se lança à

possibilidade de vivenciar e experimentar algo que até então não faz parte de um agora, mas de um futuro iminente como promessa de alteração da consciência e outras formas de experimentar aquela realidade que o toca.

“Porque ela tinha de tudo, era uma pessoa que não lhe faltava nada. [...] E por que entrou? Não sabe! Eu conheço pessoas que tinham uma dormida boa, uma casa boa; comida, do bom e do melhor, e se envolveu com drogas.” Em sua fala, Verde expõe um pensamento que busca explicar a relação do consumo de drogas a falta de condições materiais de subsistência; e encontra a falta de efetividade ao tentar aplicar esse raciocínio uma vez que existem pessoas do seu convívio que “entram nas drogas” mesmo tendo acesso ao “bom e o melhor”, e não sabem os motivos que sustentam seu uso. Uma tentativa de transcender sua experiência que não está diretamente ligada ao campo material, mas ao campo existencial.

A fala ilustra de forma precisa como o uso de drogas pode extrapolar essas questões materiais, e ancorando-se em questões de demandas existenciais. Isso é, ainda que a pessoa encontre “tudo” que é considerado essencial e suficiente para atender às suas necessidades, ainda há um espaço existencial faltante, incapaz de suprir às expectativas do seu modo de ser-no-mundo.

Compreendendo então o uso de drogas como uma das alternativas possíveis de aliviar a tarefa de seu cuidar e pensando o uso de drogas como uma própria forma de cuidado para com sua existência, é importante pensarmos os seus desdobramento como possibilidades que não são estabelecidas *a priori* de um contato. Isso é, o uso recreativo, de abuso ou de dependência, são desdobramento que dependem do modo de cuidado do existir em questão, do modo que cada *Dasein* compreende seu sentido e como assume seu projeto de mundo: os desdobramentos não se separam do mundo singular de cada *Dasein*, e somente em uma relação se faz possível a compreensão deste movimento.

Seja pautado em uma farmacologia, evidenciando algum princípio ativo que causa dependência; seja por uma psicologia, buscando evidenciar comportamentos ou estruturas que justifiquem uma dependência; seja por uma medicina, evidenciando reações químicas que explicam uma dependência, qualquer tentativa de tentar entender ou antecipar os desdobramentos de forma causal, entre causa e consequência, está fadado ao fracasso: o uso está diretamente relacionado ao sentido e o projeto de mundo de cada *Dasein*, e por sua vez, o sentido é algo não passível de uma determinação.

Junto desta noção de sentido como indeterminado, pode-se pensar na noção de que uma condição é sempre algo mutável, e de forma alguma um dependente se encontra preso neste modo de ser para sempre: há abertura, em termos existenciais, para a possibilidade de mudança, sempre a ser mais do que se está sendo; a ser diferente.

Devido a tal impossibilidade de definir o existir, de centrá-lo em algo imutável, se mostra impossível acabar com a possibilidade de alteração de consciência, e mais especificamente, se mostra infundada a idéia de extinguir toda e qualquer possibilidade do uso de drogas: seria necessária uma modificação na própria condição ontológica do *Dasein* para extinguir por completo uma determinada possibilidade de vir-a-ser.

Entretanto, não se pode confundir um raciocínio que julga inviável a extinção do uso de drogas da existência e vida humana com um pensamento que rechaça a ideia de que estas vêm se mostrando como um problema de saúde, de danos. Mas então como podemos propor alternativas de cuidado para a problemática do uso de drogas e suas consequências?

Se faz necessário pensar em maneiras de cuidado para com estas pessoas em relações de dependência com a substância, maneiras que busquem ampliar o cuidado para com elas, e principalmente formas de reduzir os riscos aos quais elas se colocam e aos danos os quais elas se proporcionam. Um modelo que consiste

em pensar práticas em saúde que considerem a singularidade de cada um, valorizando sua autonomia e qualidade de vida.

Seguindo tal linha de raciocínio, não é difícil levantar outras tantas exposições danos que o ser-aí se depara ao longo da vida, e junto delas formas que este adota para contornar e lidar com esses danos.

Em um paralelo bastante simples, basta pensar nos riscos que rondam o subir de uma escada quando em um ato de trocar uma lâmpada, por exemplo: se caso a escada não esteja devidamente apoiada, caso não cumpra com suas medidas de segurança, basta um pequeno passo em falso para um queda. E ainda que ela esteja devidamente posicionada e checada, ainda sim há o risco de uma fatalidade. Mas nem por isso deixa-se de trocar as lâmpadas do dia a dia, mas busca-se reduzir os danos da exposição.

Ou então uma caminhada pelo sol, ou uma tarde pela praia, momentos os quais há uma exposição ao raios solares e à possibilidade de queimaduras: então uso de um protetor solar ou talvez de uma sombra para se esconder se fazem necessários e oportunos, não erradicando por completa a possibilidade de uma queimadura, mas reduzindo a gravidade.

Em palavras mais pessoais: não deixamos de passear ao sol, mas nos cercamos de formas para reduzir as consequências que consideramos prejudiciais, e muitas vezes não saímos ilesos, mas também não nos desgraçamos de formas extremamente prejudiciais.

O ser-aí é frágil e encontra-se expostos às mais diversas condições de riscos, nas mais variadas práticas, mas não deixar de fazê-las não é a medida mais eficaz . Podemos ainda recorrer ao exemplo do trânsito, conforme coloca Sodelli (2016): sabemos que por ano ocorrem muito mais acidentes fatais de trânsito do que em decorrência ao uso nocivo de drogas ou de overdose, e, ainda assim, proibimos o uso do automóvel e milhões de pessoas usam diariamente.

E assim como tentamos minimizar os danos causados pelo trânsito, por meio de regulamentações, informações, infra-estrutura e, principalmente, pela educação dos condutores. Não deveríamos então seguir a mesma postura frente a questão das drogas?

Em vez de proclamar uma tola proibição, devemos reconhecer que o desejo de drogas recreativas é tão legítimo quanto inextinguível, e que é preferível reduzir os danos associados a elas a fingir que está tudo bom apenas com a manutenção da ideologia da proibição - mas na realidade promovendo um consumo extremamente inconsciente, desfavorável, desimpedido, descontrolado e desenfreado (Scheerer, 1997, p.294).

Discussão

Feito um panorama geral sobre como podemos nos aproximar do fenômeno do ser humano e o uso de substâncias psicoativas por meio de uma reflexão fenomenológica, é possível pensar algumas afinidades da Fenomenologia Existencial que permite nortear formas de cuidados para o uso nocivo/abusivo destas substâncias.

Como abordado anteriormente, a redução de dano se coloca como uma resposta alternativa à questão do uso abusivo/nocivo de substâncias psicoativas e às práticas vigentes até então: em contrapartida à vertente proibicionista que coloca como meta alcançar a abstinência do usuário, partindo da visão de que o uso de drogas é necessariamente algo que deva ser evitado a todo custo, a prática da redução de danos se faz por meio de uma valorização do usuário enquanto singular, contemplando sua autonomia de escolha, buscando promover a construção de um projeto terapêutico que organize o sofrimento.

Pode-se dizer que a redução de danos não se sufoca em uma ideologia de “mundo livre das drogas”, mas se sustenta em uma visão de mundo que busca reduzir as questões destrutivas que o uso de drogas carrega, entendendo que, de um ponto de vista fenomenológico existencial, não se sustenta uma tentativa de extinguir da existência uma possibilidade de modo-de-ser: não se sustenta de ideia de um mundo sem drogas.

Sendo assim, uma prática de redução de danos ancorada em uma compreensão fenomenológica se orienta pelo ofertar de cuidados ao usuário que contemplem e valorizem sua condição de *Dasein*, sua singularidade, buscando compreender o sentido e o significado do uso em sua vida; articulando não somente o conteúdo do fato, mas principalmente a experiência do vivido; olhando para o uso de drogas como um modo de ser possível, dentre os tantos modos possíveis de ser; trabalhando o diálogo entre o sofrimento e sua existência. É um cuidado que

respeita as escolhas e busca compreender o sentido e significado delas em um ser-no-mundo, compreendendo o uso de drogas não como uma falha mas como uma das possibilidades do existir; um cuidado construído a partir de um encontro e um diálogo com o usuário.

Compreender que o melhor caminho para lidar com o fenômeno do uso de drogas não é o de decidir e definir pelos outros quais os comportamentos mais adequados e corretos. Muito diferente disso, é construir, junto com o outro, possibilidades de escolhas mais autênticas, mais livres, diminuindo vulnerabilidades (SODELLI, 2007, p.642).

Assim como em uma prática fenomenológica, uma prática de redução de danos caminha junto a uma metodologia, e não a uma teoria. A fenomenologia garante não uma busca por teorias que buscam interpretar e resolver, mas uma metodologia que busca compreender e analisar a partir de uma questão ontológica, uma questão do ser das coisas. A redução de danos, por sua vez, movimenta-se por uma construção de um cuidado a partir do encontro, daquilo que se apresenta, e não em um saber prévio que pretende encaixar aquilo que se desvela em saberes *a priori*.

Neste sentido, permitir que uma pessoa se mostre a partir dela mesma, nas questões e vontades dela, sem um olhar externo que diz certezas sobre elas, é uma prática de acolher do ser-aí. Não há um projeto pronto, mas uma criação junto ao outro, dentro do projeto de mundo do outro. Estar aberto para aquilo que o toca, dentro da prática do cuidado para com o outro, é estar disposto a compreender o sentido e significado pelo qual se organiza o uso de drogas, dentro de um mundo que é do outro.

Ao compreender o outro em sua singularidade e potência de vir a ser, a partir de como ele se mostra, se estabelece também um movimento de superar um estigma que muitas vezes acaba por fechar a existência daqueles que usam drogas. É um estigma, um rótulo, que coloca limites na pessoa de forma a ser lida como um

diagnóstico: o ser-drogado, um livro aberto, que muito além do uso de drogas, impõe uma série de outros pressupostos ali escancarados. A redução de danos, neste ponto, é quase que um movimento de resistência e militância, que de modo a desconstruir esse imaginário social resgata o ser que se esconde entre os achismos sobre o outro. Como dito anteriormente, o uso de drogas é apenas um modo de ser entre tantos outros, e o que pode vir a sustentar ele são as questões ontológicas presentes na condição de *Dasein*.

Um ponto importante quando se trata da temática das drogas é a relação do usuário e a substância, e os sentidos de sofrimento que esse modo de ser pode direcionar: é o querer parar e não conseguir, o não conseguir não usar, e ver-se preso.

Podemos discutir a questão da dependência como um estreitamento, um afinilamento, das relações: uma pessoa que se encontrava em constantes atividades com o mundo passa a se articular única e exclusivamente em uma relação, em uma relação de dependência. Esta dependência pode caracterizar as mais variadas relações, os mais variados modos de ser, por exemplo, uma pessoa que se encontra com dificuldade para largar a prática de algum jogo como o bingo, ou no caso, uma pessoa com dificuldades para administrar o uso de alguma substância.

Pode-se então pesar esse afinilamento de relações como um adoecimento existencial e como sofrimento, uma vez que o *Dasein* deixa de se comprometer com a abertura de todas as possibilidades que ao seu mundo tocam, e se compromete com apenas uma possibilidade. Há um enrijecimento das relações, um estreitamento existencial que se articula com o mundo de forma encurtada, em forma de aprisionamento.

O que faz com que se caracterize um modo de existir como doente não é apenas sua forma específica de correspondência, que a princípio é uma possibilidade de qualquer existência, mas o fato de encontrar-se limitado a esse modo específico e, assim, impossibilitado de corresponder a

outros apelos de sentido que façam prementes em seu mundo. Todo estar doente é sempre uma limitação mais ou menos grave das possibilidades de relação que o homem pode manter no mundo e, portanto, de sua liberdade (SANTOS E SÁ, 2013, p. 56).

Cabe então uma postura de cuidado que preza por rearticular essa experiência de restrição existencial com a abertura do *Dasein*, de modo a tornar possível uma experiência libertadora de existência. Cuidado este que busca libertar e não restringir, e nesse sentido, não seria a prática da abstinência a todo custo outro modo de ser encurtado? Um movimento pelo qual busca aliviar o sofrimento de um modo de ser restrito da dependência, mas se restringe a instituir um outro modo de ser também bastante rígida; o modo de ser da abstinência.

Quando se trata de um cuidado, podem-se distinguir dois modos fundamentais: *Besorgen* e *Fursorgen*. O cuidado por ocupação (*Besorgen*) diz respeito às relações do *Dasein* com outros entes cujo modo de ser já é dado, por exemplo, uma cadeira que já tem seu modo de ser dado, não podendo ser outra coisa se não a cadeira. Para relações com outro *Dasein*, outro ente com o modo de ser não dado, usa-se o termo preocupação (*Fursorgen*). E dentro desta distinção surge o primeiro alerta para os cuidados para com um outro *Dasein* cujo modo de ser, inacabado, se aloca no uso de drogas: aquele que cuida se orienta por uma prática de modo a se relacionar com o usuário por meio de uma ocupação ou por meio de uma preocupação?

É necessária uma prática que ressalta e valoriza o modo de ser não dado, em sua singularidade, buscando compreender e acolher este que se apresenta na medida em que se preocupa; e não por meio de um saber técnico julgar o melhor para este, sem permitir que a pessoa se mostre, uma vez que seu modo de ser usuário de drogas já é dado, e o saber científico já se ocupa de sujeitos que se comportam de tal forma. “A pessoa cuidada não é um mero objeto de intervenção, mas é corresponsável por seu próprio cuidado” (Sena, Araújo, Ribeiro, et al., 2017, p.2).

Segundo Santos e Sá (2013), Heidegger fala em duas possibilidades da preocupação, sendo estas de extrema importância para a compreensão de uma prática terapêutica frente ao sofrimento.

O primeiro se refere à preocupação por substituição (*Einspringt*) de modo a assumir o outro para liberá-lo de suas ocupações e preocupações e devolvê-las posteriormente como algo já pronto, tem-se como exemplo um pai que busca resolver todos os problemas de um filho, por medo que este se frustre, seja mal sucedido, etc. Na preocupação por substituição há um silenciamento do outro, há uma antecipação para um alívio de algo sintomático, mas que pouco proporciona para uma ampliação do modo de ser, corroborando para a manutenção de um estreitamento existencial, chamado aqui por sofrimento.

O segundo modo da preocupação se organiza de forma a antepor (*Vorausspringt*) ao outro, não para substituí-lo, mas para colocá-lo diante de suas próprias possibilidades de ser. É uma preocupação na busca do outro tornar-se cuidado para si de forma mais transparente e livre para suas escolhas. Nesse caso, o exemplo seria de um pai que ajuda o filho na tomada de suas decisões, de modo que este consiga escolher sempre da forma mais clara e transparente possível para com seu projeto de vida. Na preocupação que antepõe, o outro é chamado para tomar para si seu cuidado e suas possibilidades, é a experiência libertadora e apropriadora que está em jogo.

Mais uma vez se coloca em cheque a prática que se faz frente o ser-aí em relação nociva com as drogas, buscando um cuidado de preocupação por substituição ou anteposição. Retomando o conceito de projeto de mundo, sendo este a forma como o *Dasein* organiza sua vida da forma que julga valer a pena de ser vivida, e considerando redução de danos como uma prática que possibilita uma construção desse projeto, pode-se pensar como as formas de cuidado se colocam frente esta proposta.

Em uma prática terapêutica na Redução de Danos, uma forma de preocupação que busca antepor norteia que o redutor permita ao usuário apropriar-se enquanto abertura para a manifestação de possibilidades próprias, é o redutor ser-com o usuário. Há então um cuidado para a construção de um projeto de mundo mais próprio, que dê conta do passado, presente e futuro; um projeto de mundo a partir de um mundo que é seu e dentro de suas próprias escolhas, até mesmo sobre continuar o uso de drogas.

Em contrapartida, uma prática que se preocupe de forma a substituir, embora na melhor das intenções do cuidado para com o outro, acaba por imprimir valores próprios ao outro, valores que muitas vezes não são sustentados por um sentido de vida, mas apenas por uma moral do certo e errado. É o dizer sobre o outro a melhor forma deste se cuidar, é o dizer para o outro como e o que ele deve fazer para se cuidar, ainda que se sensibilizasse por sua causa, mas não ampliando seu estreitamento, não trabalhando e organizando seu sofrimento existencial.

Compreende-se então que: uma prática de redução de danos orientada pelo pensamento fenomenológico existencial não caminha para resolver pelo outro quais seriam as escolhas mais adequadas e corretas frente seu existir, mas a construção, junto com o outro, de possibilidades de escolhas mais próprias e autônomas, de forma que faça sentido e sustente seu projeto de mundo. Sodelli exemplifica de forma bastante precisa, ainda que em um contexto de prevenção, a prática ancorada pela autonomia do usuário: “não é o técnico (professor, psicólogo, médico, etc.) que determinará como o sujeito-alvo (aluno, professor) deveria se prevenir, mas é o próprio sujeito, após intensa reflexão, que se colocará em questão, buscando formas e apoio para reduzir suas vulnerabilidades” (SODELLI, 2007, p. 643).

Considerações Finais

Bem ou mal, as drogas lícitas e ilícitas fazem parte deste mundo e (a redução de danos) escolhe trabalhar para minimizar seus efeitos danosos ao invés de simplesmente ignorá-los ou condená-los (Harm Reduction Coalition, 2002-2003).

A questão do uso de drogas tem sido amplamente discutida e debatida entre as mais variadas áreas que buscam um saber científico sobre o ser humano. Embora presente desde os primórdios da humanidade, as drogas foram usadas ao longo da história nas mais variadas situações, nos mais variados modos, entre um leque enorme de sentidos e significados (em rituais religiosos, em práticas de estudo, em contextos recreativos, etc); de forma que não se faz possível fixar este fenômeno em um só modo de mostrar-se.

Entretanto, no contexto atual, o uso de substâncias psicoativas, vêm sendo relacionado com indicadores considerados prejudiciais à saúde da população de modo geral. Pode-se citar fatores de risco prejudiciais à saúde daquele que faz uso dessa substância, se colocando em risco (aquele que sobrecarrega seus órgãos devido ao uso abusivo de álcool); e também fatores que colocam em risco a saúde do coletivo (aquele que acaba por se envolver em um acidente por fazer uso abusivo de álcool e dirigir embriagado). Deste modo, frente esta problemática, as discussões e debates sobre drogas acabam por tangenciar medidas de prevenção e cuidados para a população em contato com as substâncias, se configurando como um questão de saúde pública.

A prática de prevenção e cuidado mais presente ao longo deste contexto onde as drogas são consideradas algo a ser evitado é o modelo proibicionista, que cunha o mote de “Guerra às Drogas”. Influenciado pela política norte americana de guerra às drogas, o proibicionismo defende que a maneira mais eficiente de combater o risco o uso de drogas é acabar com a possibilidade de circulação e contato com estas substâncias. É uma corrida em movimento de extinguir a

possibilidade do uso de drogas, combatendo o cultivo, a venda e o consumo, de modo a considerar qualquer uma destas práticas moralmente desviante. As políticas de prevenção caminham a dizer não para qualquer contato com as drogas, uma vez que os riscos que estas trazem em si são irreversíveis ao usuário e a única forma de manter corpos saudáveis é pelo padrão da abstinência.

O modelo proibicionista falha terrivelmente em seu objetivo principal de cuidado e prevenção, uma vez que se mostra infundada a ideologia de extinguir do mundo a possibilidade de usar drogas, ainda mais quando orientado por um discurso punitivo e autoritário sobre o que deve-se ou não fazer. Por outro lado, a prática proibicionista triunfa em um de seus efeitos colaterais: a produção de estigma. Dentro deste discurso o usuário de drogas se perde enquanto uma existência, enquanto ser humano, e passa a ser lido como uma coisa dada, como o drogado; aquele que optou por fazer algo errado. O rótulo então contempla não só a facticidade de usar drogas, mas também contorna toda uma existência como aquele que escolheu o errado em detrimento do certo, aquele que não tem virtude ou é moralmente desviante. De modo a cessar os comportamentos de uso, as práticas de cuidado se orientam por restabelecer o vínculo deste que foi corrompido com aquilo que ainda há de bom no mundo: a ausência das drogas.

Em uma resposta a ineficácia do proibicionismo e em um movimento de militância para resgatar os direitos destes que ocupam a categoria do marginalizado pelo uso de drogas, surge a Redução de Danos. Inicialmente adotada para reduzir a disseminação de doenças infectocontagiosas entre usuários de substâncias injetáveis, a redução de danos passa a ser vista como uma prática horizontal aplicada para além da disseminação de doenças, mas também voltada para reduzir a vulnerabilidade destes que se encontram expostos.

Ancorado em alguns conceitos da Fenomenologia Existencial desenvolvida por Martin Heidegger, em seu projeto *Ser e Tempo* (1927), conclui-se que uma compreensão fenomenológica tem muito a oferecer sobre as discussões do fenômeno do uso de drogas, principalmente sobre as formas de cuidado; de forma a

resgatar a condição de *Dasein* nas pessoas em questão e colocando o uso de drogas como um dos muitos modos de ser-no-mundo. É uma metodologia bastante sensível para o fenômeno do uso de drogas que busca a desconstrução de saberes prévios para uma abertura que possibilita acolher o fenômeno ao modo que este se manifesta, a partir de si, enquanto acontecimento.

Sustenta-se ainda que, a partir de existências ontológicas, o uso de drogas se apresenta ao *Dasein* com uma das possibilidades de alteração de consciência, como uma forma de cuidado para com seu existir de forma a aliviar a árdua tarefa de ter-que-ser, de cuidar de si; de lidar com a tensão entre a angústia e a culpa, e a compreensão de ser-para-a-morte. E por meio desta metodologia se fundamenta uma prática de redução de danos que se direciona não somente na redução de vulnerabilidades e riscos, mas também a um cuidado apropriador, um cuidado de antecipação, que por meio de um encontro busca construir um projeto de mundo com possibilidades e escolhas mais próprias de livre para cada caso.

Por fim, conclui-se que o uso de drogas se mostra como um fenômeno complexo, um fenômeno que se manifesta de forma singular nas diferentes vivências, se relacionando não somente com os usuários mas também com o mundo destes. É necessária uma compreensão fundamentada em suas possibilidades de ser, e não somente em saberes científicos de áreas específicas como a medicina dos corpos, a farmacologia das substâncias ou a psicologia da mente; de modo a pensar e repensar os desafios e questões envolvidas, sempre desconstruindo e reconstruindo formas de cuidados que se prestem a promover uma experiência de liberdade do usuário para com o seu ser, entre suas escolhas e não-escolhas, entre sua responsabilidade de cuidar-se. E mais do que isso, é necessário uma ampliação do campo de debate buscando desconstruir os estigmas e achismos que apenas se distanciam da compreensão, promovendo debates entre as diferentes áreas, sempre tendo em vista um todo mas considerando que não se contempla uma totalidade.

Uma vez que apresentando de forma breve, de modo a levantar uma discussão sobre as formas de cuidado para com os usuários de substâncias

psicoativas, este trabalho encontra algumas limitações. Uma tentativa de contemplar os principais pontos de forma geral, ainda que com esforço e cuidado para fugir de uma visão superficial, acaba por comprometer alguns detalhes e articulações bastante interessantes e ricas para o debate. Desta maneira, reconhecendo como uma limitação a falta de aprofundamento em articulações de pontos específicos em detrimento de um apanhado geral sobre a temática das drogas e a Fenomenologia, pode-se citar como possibilidade para a continuidade e o aprofundamento deste trabalho não somente uma discussão sustentada em conceitos específicos da fenomenologia heideggeriana, de modo a alcançá-los de forma mais aprofundada; mas também um estudo mais detalhado das repercussões sustentadas a partir das concepções do uso de drogas nos tempos atuais, como a manutenção de um estigma e suas consequências a partir de uma prática proibicionista.

Além disto, visto que este trabalho se encontra em um campo teórico, nota-se uma falta de elementos práticos para um pensar ainda mais descolado de um contexto teórico-científico. Um levantamento de pesquisas ou depoimentos de usuários de substâncias psicoativas, participando de forma a cooperar com seu cuidado, seria de um grande valor para sustentar a discussão em pauta, de modo a contemplar aquilo que vem sendo defendido: uma aproximação com o sofrimento e uma compreensão de sua singularidade. Ao entrar na questão junto daquele que vivencia e experimenta aquilo que vem sendo discutido se garante de forma rigorosa a aproximação do fenômeno pela maneira a qual ele se mostra.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, Ana Luiza Portela; FRANCA, Lucas Garcia; GOLDIM, José Roberto. Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas. **Rev. Bioét.**, Brasília , v. 23, n. 2, p. 311-319, Aug. 2015 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000200311&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015232070>

CASANOVA, M.A. Compreender Heidegger. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DELBON, Fabiana; DA ROS, Vera; FERREIRA, Elza Maria Alves. Avaliação da disponibilização de Kits de redução de danos. **Saude soc.**, São Paulo , v. 15, n. 1, p. 37-48, Apr. 2006 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000100005>.

GIACOIA, O. Jr. Heidegger Urgente: introdução a um novo pensar. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEI. É de lei. Disponível em: < <http://edelei.org/home/> >. Acesso em: 07 nov. 2017.

LIMA, Cláudia Henschel de. Investigação psicanalítica dos determinantes psíquicos do consumo abusivo de substâncias psicoativas. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 17, n. 1, p. 39-50, Mar. 2014 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 7 Nov 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142014000100004>.

MAY, Rollo. (1993). A descoberta do ser: estudos sobre a psicologia existencial. Rio de Janeiro.

ONG, L. F. S. O Uso de Drogas na Consumo da Modernidade. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

PACHECO, Maria Eniana Araújo Gomes. Políticas públicas e capital social: o Projeto Consultório de Rua. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 26, n. 1, p. 43-58, Apr. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922014000100005>.

PACHECO FILHO, R. A. (1998-1999) Drogas: Um mal-estar na cultura contemporânea. *Psicanálise e Universidade: Revista do Núcleo de Pesquisas Psicanalíticas e do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade da PUC/SP*, n.9-10. São Paulo: Educ, p.119-147.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 23, n. 1, p. 154-162, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100017&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Nov 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>.

SABINO, Nathalí Di Martino; CAZENAVE, Sílvia de Oliveira Santos. Comunidades terapêuticas como forma de tratamento para a dependência de substâncias psicoativas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 22, n. 2, p. 167-174, June 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 8 Dec 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2005000200006>.

SANTOS, Danielle de Gois; SA, Roberto Novaes de. A existência como "cuidado": elaborações fenomenológicas sobre a psicoterapia na contemporaneidade. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 19, n. 1, p. 53-59, jul. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 1 jun. 2018.

SENA, Edite Lago da Silva et al . Ambiguidade do cuidado na vivência do consumidor de drogas. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 38, n. 2, e64345, 2017 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472017000200422&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2018. Epub July 20, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.64345>.

SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 3, p. 637-644, May 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 1 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000300005>.

SCHEERER, S. Dominação Ideológica versus Lazer Psicotrópico. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, S. D. (Orgs.). Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Ed. Memorial. p.287-300, 1997.

SODELLI, M. Uso de Drogas e Prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; MACHADO, Dagoberto de Oliveira; PROTAZIO, Mairla Machado. Considerações sobre o cuidado em álcool e outras drogas: uma clínica da desaprendizagem. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 19, n. 52, p. 45-56, Mar. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000100045&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2018. Epub Sep 26, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0110>.